

OESP
 21/12/99 Pg. A21
 34

**Ministro Sarney Filho
anunciou ontem acordo
para deixar votação de
projeto para 2000**

SANDRA SATO

AMBIENTE
Mudança do Código Florestal deve ser adiada

BRASÍLIA – O governo vai pedir a retirada do projeto de conversão que modifica o Código Florestal da pauta de votação do Congresso. O ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, anunciou ontem ter feito acordo com o ministro da Casa Civil, Pedro Parente, e o secretário-geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, para deixar a votação da proposta para o próximo ano.

Sarney Filho disse não ser contra a mudança do código, mas acha que esse assunto deve ser amplamente discutido pela sociedade. Ele também argumentou com Parente e Ferreira que não há motivo para precipitar a votação, sem receber o parecer da Câmara Técnica do Conselho Nacional do Meio Ambiente, instalada em junho passado especialmente para discutir o assunto. A negociação com o Planalto ocorreu depois de Sarney Filho receber em seu gabinete a senadora Marina Silva (PT-AC).

O anúncio do ministro não tranquilizou o coordenador do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) e da rede de organizações não-governamentais (ONGs) da Mata Atlântica, João Paulo Capobianco. "Estou com medo ainda", desabafou, com receio de que a bancada ruralista consiga encaixar o projeto de novo na pauta de votação. Ele compara essa situação com a de um carro sem freio que consegue desviar do primeiro farol. "Mas o carro continua sem breque."

Para Capobianco, o projeto de conversão da medida provisória – que altera o código e foi elaborado pelo deputado Moacir Michelleto (PMDB-PR) – é um completo equívoco. Segundo ele, o projeto vai estimular o desmatamento, por desobrigar propriedades com até 25 hectares de possuírem reserva legal.

Fiscalização – A possibilidade de arrendar outras terras para compensar a destruição de reservas legais vai, na opinião de Ca-

pobianco, dificultar enormemente a fiscalização do cumprimento dessa exigência por parte do poder público. "Os ruralistas estão apostando nessas formas de acertos para burlar a lei", denunciou, acusando a proposta de Michelleto de provocar a "mercantilização da reserva legal" e extinção de espécies.

O coordenador do ISA comentou também que a proposta prejudica a agricultura, porque, sem proteção do meio ambiente, o proprietário terá problemas de abastecimento de água, erosão e controle biológico.

Grandes áreas sem cobertura natural da vegetação sofrem ataques mais frequentes de pragas, exigindo maiores gastos com defensivos agrícolas. Sem matas nativas, os mananciais podem desaparecer.

AALTERAÇÃO
 DEVE SER
 AMPLAMENTE
 DISCUTIDA

Capobianco responsabiliza integralmente o governo pelo risco de aprovação no Congresso de uma revisão do código preparada pelos ruralistas. "Estamos fragilizados por obra da Presidência e da Casa Civil e da conivência do Ministério do Meio Ambiente", lamentou, lembrando que esses setores do governo vinham negociando o projeto com os ruralistas.